



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1010663-15.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto **Inventário - Inventário e Partilha**
 Inventariante (Ativo) e Herdeiro: **Sandy Letícia Valverde de Jesus e outro**
 Inventariado: **Gustavo Fernando Sacheti**

Juiz de Direito: Dr. **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

Trata-se de inventário dos bens deixados pelo falecimento de **Gustavo Fernando Sacheti**, em que consta a existência de herdeiro incapaz.

Foram deferidos os benefícios da justiça gratuita às fls. 15/16.

O valor do espólio é inferir a 1.000 salários mínimos, e as partes, bem como o Ministério Público, estão de acordo com os valores apresentados pela inventariante. Não há notícia sobre a existência de credores.

Nesse quadro, **de rigor o processamento do inventário pelo rito do arrolamento**, sendo que, com a vigência da nova legislação processual, não será necessária avaliação do espólio (art. 661). Igualmente, não cabe a instauração de expediente para apuração do ITCMD, já que nos termos do artigo 662 do Código de Processo Civil, *não serão conhecidas ou apreciadas questões relativas ao lançamento, ao pagamento, ou à quitação de taxas judiciárias e de tributos incidentes sobre a transmissão da propriedade dos bens do espólio*. Por este motivo, as autoridades fazendárias não ficam sujeitas aos valores atribuídos pelos herdeiros (§ 1º, art. 662), sendo que o fisco deverá ser intimado para o lançamento administrativo do ITCMD e de outros tributos eventualmente incidentes após o trânsito em julgado da sentença que homologa a partilha ou a adjudicação (§ 2º, art. 659).

Ante o exposto, ressalvados eventuais erros, omissões ou direitos de terceiros, **JULGO E HOMOLOGO**, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a partilha de fls. 25/26, referente aos bens deixados pelo falecimento de **Gustavo Fernando Sacheti**, adjudicando aos herdeiros seus respectivos quinhões.

Não havendo interesse recursal, nos termos do artigo 1.000 do Código de Processo Civil, anoto o **trânsito em julgado da sentença nesta data**, dispensando o Cartório de lançar certidão.

De acordo com o Provimento 31/2013 das Normas da Corregedoria, desnecessária



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

a expedição de Formal de Partilha/Carta de Adjudicação ou aditamento, neste Ofício Judicial, ficando facultado ao interessado e/ou seu(sua) Advogado informar o número do processo digital a um dos Cartórios de Notas da Comarca, que providenciará a expedição do necessário para o registro.

1. Intime-se o Fisco.
2. Comprove a autora, nos termos do parecer ministerial de fls. 34/35, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a transferência do veículo, com cópia do CRV atualizado para comprovação.
3. Ciência ao Ministério Público.
4. Cumpridas as determinações, feitas as comunicações de praxe, arquivem-se, com as cautelas de estilo.

P.I.C.

São Carlos, 04 de dezembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**